

RESUMO

A Geografia continua sendo uma disciplina científica que enfrenta graves dificuldades em ser compreendida e aceita dentro e fora da Universidade. Tratando-se de uma disciplina heterogênea com diferentes paradigmas e correntes vigentes ao mesmo tempo e uma estrutura dicotomizada, a Geografia reflete seu ecletismo nas suas pesquisas e negligencia o possível papel do geógrafo na sociedade e no mercado de trabalho.

ABSTRACT

Geography continues as a scientific discipline that has to cope with serious problems of comprehension and recognition within and outside university. As a heterogeneous discipline with different dominating paradigms and thoughts at the same time, Geography reflects its eclecticism in its research and neglects the discussion about the possible role of the geographer in society and on the labor market.

Introdução

Grande foi a gritaria entre os geógrafos quando o MEC divulgou uma proposta para as Diretrizes Curriculares Nacionais, visando a reduzir a carga horária dos cursos de graduação em Geografia, de 2800 para apenas 2000 horas no total.

Muitos geógrafos interpretaram esta proposta de “flexibilização” como primeiro passo para acabar com a profissão do geógrafo, como a redução da carga terá como consequência um saber geográfico fragilizado (“sucateamento”).

Levando em conta a imagem da Geografia, que sempre foi considerada uma disciplina “suspeita” e que é vista como a ciência que trata da descrição do e da orientação no espaço², esta proposta não é novidade para os geógrafos. Em vez de gerar um clima de crise de identidade, os geógrafos devem aproveitar o momento e refletir sobre os conteúdos e objetivos da Geografia para justificar a sua existência, também em oposição à resignação e desorientação. Voltando-se aos seus próprios conteúdos e formas, a Geografia precisa conhecer melhor suas fraquezas para não chegar à conclusão de que “Geografia não tem existência nem futuro” (Eliot Hurst, 1979)

Em seguida, pretendo analisar o caráter da Geografia como campeã de dicotomias como, por exemplo, os binômios Geografia física x Geografia humana, Geografia geral x Geografia regional ou Pesquisa geográfica x Ensino de Geografia, que causam uma “polarização” dentro da disciplina. A partir dessas considerações, perguntar-se-á em que áreas os geógrafos podem atuar e qual o papel do geógrafo no planejamento e na política. Espera-se contribuir para uma discussão mais ampla sobre a profissão do geógrafo.

¹ Geógrafo, professor substituto do Curso de Geografia da UECE

Toma-se como base de referência e ponto de partida a discussão sobre a Geografia desenvolvida na Inglaterra nos anos 70 e 80.

Geógrafos e Geografias

Num artigo intitulado “To claim the high ground: geography for the end of the century” (“Reivindicando o alto nível: Geografia para o fim do século”), Stoddart (1987:329) critica severamente que “a Geografia não é mais reconhecível como Geografia”. Parece que muitos geógrafos esqueceram qual a intenção central da disciplina.

Ao analisar a Geografia atual e as suas correntes, chega-se à conclusão de que existem várias Geografias com vários paradigmas, embora muitos geógrafos estejam convencidos de que suas próprias idéias sobre a Geografia sejam as únicas válidas. Em resumo, cada um tem a própria visão da Geografia – e, muitas vezes, a sua visão da “intenção central da nossa disciplina”, o que faz que se passe muito tempo travando brigas epistemológicas.

Na discussão sobre a existência da Geografia, Johnston (1986a:449), geógrafo britânico de renome, observa que “não há uma necessidade natural para uma disciplina de Geografia. Geografia é uma criação humana, uma resposta a circunstâncias particulares.” Fazem-se as ciências conforme as necessidades da sociedade que é responsável pelo seu reconhecimento dentro do sistema educacional. Argumentando assim, a discussão sobre a existência da Geografia concentra-se nas formas e conteúdos da disciplina: será que a Geografia é uma ciência ou apenas um método científico ou um “olhar geográfico”?

Estes pensamentos criticam sutilmente o papel que a Geografia atualmente exerce na sociedade, sobretudo o fosso que existe entre a Geografia acadêmica e a Geografia aplicada. A tarefa das universidades é elaborar uma análise da realidade social a partir da qual ela se transforma “de mera transmissora de conhecimentos produzidos em outras áreas ... em produtora e transmissora de conhecimentos sobre a realidade local ... contribuindo para que se proceda ao desenvolvimento de um ensino autêntico e desalienante (*sic!*)” (Andrade, 1981, apud Aranha, 1989:15).

Ora, precisa-se definir primeiro o papel da profissão do geógrafo na sociedade. Em alusão a outra disciplina quase parente, a Antropologia, o dizer “Geografia é o que os geógrafos fazem” deixa tanto os geógrafos quanto a sociedade confusos, embora não possa ser negado um certo ecletismo na Geografia.

De fato, não há uma Geografia, mas muitas Geografias, criadas como resposta às circunstâncias específicas do tempo e espaço e no contexto da divisão do trabalho acadêmico. Isso significa uma quase liberdade na utilização de métodos e paradigmas, o que vem se agravando com as influências pós-modernas das últimas décadas, gerando uma “escola filosófica do vale-tudo” – em oposição ao rigor objetivo do positivismo (Dear, 1988:272). Latour (1994:50) observa que “o pós-modernismo é um sintoma e não uma nova solução. Vive sob a Constituição moderna mas não acredita mais nas garantias que esta oferece. Sente que há algo de errado com a crítica, mas não saber fazer nada além de prolongar a crítica sem no entanto acreditar em seus fundamentos”.

Quanto à história da Geografia, Capel (1989) observa que cada disciplina tem a sua história com versões para o “público interno” e “externo”, às vezes em contradição a outras áreas ou em sobreposição com as disciplinas vizinhas. A “versão externa” serve para justificar a identidade, validade e a natureza científica da disciplina diante das comunidades científicas “concorrentes”, enquanto para o “uso interno”, a(s) história(s) da disciplina serve(m) ou para “socializar os neófitos através da sua doutrinação” ou para “defender o ponto de vista de um cientista nas discussões com colegas”. Em artigo sobre as condições da Geografia alemã no final dos anos 70 (“A disciplina dos que lavam a roupa branca. Sobre a gênese e as funções do oportunismo na Geografia”), Hard (1979) observa que não se trata de um oportunismo de pessoas, mas do oportunismo da disciplina, necessário para o sistema. Conseqüentemente, não consta uma falta de caráter do geógrafo, mas da Geografia (Hard, 1979:13).

A Geografia atual enfrenta problemas epistemológicos de uma natureza que não

inclui apenas a discussão interna das abordagens geográficas, mas também a relação da Geografia com outras ciências, atrapalhando ainda mais a credibilidade do geógrafo profissional na sociedade. A ambigüidade quase misteriosa da Geografia faz que ela se perca numa rede de dicotomias que nenhuma outra ciência tem de desvendar.

Um dos problemas mais graves até hoje é a imagem do geógrafo na sociedade. Na sociedade, a profissão do geógrafo é sinônimo do professor de Geografia, uma atividade didática atrelada à Pedagogia e à mera decoração de capitais, países e rios principais, enquanto o geógrafo pesquisador permanece um fenômeno quase desconhecido na sociedade.

Em seguida, serão analisados os principais problemas que a Geografia dos tempos atuais enfrenta.

A Geografia como campeã de dicotomias

A Geografia se desgasta nas suas dicotomias. O modo de pensar e pesquisar provoca uma separação entre Geografia geral e Geografia regional, Geografia qualitativa e Geografia quantitativa, ensino de Geografia e Geografia aplicada e Geografia física e Geografia humana que fazem que Stoddart (1987:330) chegue à conclusão de que, dentro da Geografia, falamos línguas separadas e fazemos coisas muito diferentes, de modo que muitos têm abandonado a possibilidade de se comunicar com os colegas que não apenas trabalham na mesma disciplina, mas também no mesmo departamento. Os geógrafos humanos acham seus colegas físicos “filosoficamente naïve”, enquanto os físicos criticam nos humanos “uma falta de rigor”.

A dicotomia Geografia física - Geografia humana, muitas vezes, obriga um geógrafo a assumir uma destas duas posições, quer dizer, quem trabalha na área da Geografia física não precisa (ou às vezes não deve) se preocupar com a Geografia humana e vice-versa. Isso pode resultar em uma especialização “precoce” e apressada, neutralizando as qualidades dos geógrafos: a capacidade de compreender as dimensões e interações de diversos fenômenos na superfície da Terra. Situando-se entre os pólos “natureza” e “sujeito/sociedade”, entre os não humanos e humanos³, “a Geografia tem suas raízes na busca e no entendimento da diferenciação de lugares, regiões, países e continentes, resultante das relações entre os homens e entres estes e a natureza. Não houvesse diferenciação de áreas, ..., certamente a Geografia não teria surgido” (Corrêa, 1987:7).

Por ocasião da 9ª Aula Memorial para Carl Sauer na Universidade de Berkeley, Califórnia, Stoddart (1987) constatou que o seu enfoque de pesquisa (geomorfologia, bioGeografia e arrecifes de corais) não tinha qualquer relação com a linha de pesquisa do saudoso Sauer (Geografia histórica/cultural, México). Contudo, existia um interesse mútuo em saber mais sobre as atividades do outro, porque “*antigamente a Geografia era mais um conjunto de conhecimentos do que uma atividade profissional*” (Stoddart, 1987:327), fazendo lembrar grandes nomes como Hakluyt, Varenius, Humboldt. Esta tradição está se perdendo e “inevitavelmente ensinamos aos nossos estudantes da mesma maneira. Não é surpresa que o mundo em grandes partes se admire o que nós somos.”

Para ir mais longe, o mesmo autor alega que “os muros foram construídas entre nós, e muitos de nós passam seu tempo desprezando a validade intelectual com o que os nossos colegas se ocupam” (Stoddart, 1987:327).

A Geografia e a interdisciplinaridade

Detectado este problema interno, a situação se agrava no nível interdisciplinar. Boudeville (apud Santos, 1990:102) observa que “a Geografia, a sociologia, a economia são interpretações complementares da realidade humana” e “toda ciência se desenvolve nas fronteiras de outras disciplinas e com elas se integra em uma filosofia”. Pergunta-se: por que criar fronteiras dentro da própria Geografia? A resposta, talvez um pouco duvidosa, poderia ser: em razão da abrangência da Geografia, os geógrafos precisam se especializar numa área que

dominam bem. Como resultado, geram-se pessoas extremamente especializadas, em alguns casos sem conhecimento nenhum de outros campos da Geografia, que até pode criar chamados “Fachidioten”, idiotas especializados. Será que a virtude do geógrafo não é ter uma vasta gama de conhecimentos num mundo de especialistas?

Sob essa premissa de ser uma disciplina “dicotomizada”, Santos (1990:100) observa que “a Geografia padece, mais do que as outras disciplinas, de uma interdisciplinaridade pobre e isso está ligado de um lado à natureza diversa e múltipla dos fenômenos com que trabalha o geógrafo e de outro lado, a própria formação universitária do geógrafo.” Na visão das outras disciplinas sobre a Geografia, nossa disciplina se localiza entre a declaração arrogante de ser a “rainha das disciplinas”, “a síntese das ciências” e a “ponte medidora para todas as outras disciplinas” e a negação total da nossa existência, pretendendo degradar o geógrafo a uma espécie de guia de turismo que forneça informações de caráter descritivo sobre determinada região.

Fragmentação e especialização

Segundo Johnston (1986a), o problema da Geografia não é a dicotomia entre a Geografia física e a Geografia humana, mas a crescente fragmentação da disciplina.

Em busca de reconhecimento pelas outras disciplinas, abandona-se o conceito da Geografia como visão total das coisas. Por consequência, os geógrafos sacrificam sua visão holística em detrimento de uma especialização ou na Geografia física ou na Geografia humana.

Ao defender a Geografia como disciplina inteira, não se sugere uma Geografia como ciência de síntese, mas no sentido de compreender o contexto de uma situação, o que mostra com toda clareza o papel do geógrafo como generalista num mundo de especialistas. Deve-se admitir que uma visão mais ampla é ao mesmo tempo difícil e exige empenho consciente.

Mas se a fragmentação da Geografia se torna inevitável? Comentando sobre a “Integração de Geografia humana e Geografia física”, Goudie (1986) vê os seguintes argumentos possíveis para justificar uma fragmentação da Geografia:

Primeiro, a Geografia humana, ao se ocupar com a análise de padrões espaciais das atividades humanas, não tem a necessidade básica de se ocupar com o ambiente físico. Segundo, o ambiente físico se torna cada vez menos importante para o controle da natureza e dos padrões das atividades humanas, isso também como resultado dos avanços tecnológicos e a rejeição do determinismo natural. Terceiro, a especialização seria uma consequência inevitável do desenvolvimento de idéias e serviria para promover rigor metodológico. Quarto, argumenta-se que, por motivos de comunicação, os geomorfologistas se dariam melhor nas Geociências e os geógrafos humanos nas Ciências Sociais. Último, as tentativas de geógrafos físicos para mostrar sua relevância nos assuntos humanos fracassaram, porque eles não levaram em conta os processos humanos.

Por consequência, muitos geógrafos procuram uma “direção definida”, deixando ao lado os conteúdos que consideram irrelevantes para a sua vida profissional. Sendo a Geografia uma “ciência do espaço” ou até, nas palavras de Carl Sauer, “a ciência da diferenciação de áreas”, Johnston (1986a) propõe uma divisão regional em vez de uma divisão sistemática. *Grosso modo*, a Geografia deve-se ocupar com as diferenças do/no espaço em vez das igualdades. Talvez uma concentração em pesquisas regionais possa ajudar a superar as discussões infinitas sobre paradigmas e teorias, visando a uma Geografia voltada à prática.

Coppock (1974:14) constata que, de muita maneira, o conceito de especialização é a antítese da abordagem holística que os geógrafos têm defendido. A especialização, seja necessária ou não, não deve acontecer cedo demais, porque precisamos tentar identificar os componentes comuns e essenciais de qualquer treinamento geográfico, e o objetivo deveria ser competência dentro de uma consciência mais ampla.

A irrelevância das pesquisas

O que um geógrafo deve pesquisar? Argumenta-se que as ciências têm como missão beneficiar a sociedade. Mas será que sempre é assim?

Num comentário ríspido, Stoddart (1987:334) diz que “não posso tomar a sério aqueles [geógrafos] que promovem como temas dignos de pesquisa assuntos como a influência geográfica no cinema canadense ou a distribuição de lanchonetes de fast-food em Tel Aviv” ou a nossa obsessão contemporânea pelos pormenores monetárias da nossa sociedade urbana afluente, subsídios governamentais e tendências eleitorais”.

Deve-se perguntar, constantemente, se a pesquisa executada traz um benefício ou uma utilidade para a sociedade ou apenas representa um esoterismo de uma meia dúzia de pessoas, achando um nicho temático na nossa disciplina ou utilizar esses conhecimentos apenas para subir na carreira.

Stoddart (1987:334) deixa bem claro que “não podemos ter o luxo de investir tanta energia em coisas periféricas.” Mas quem julga o que é periférico ou não?

A abstração geográfica

Seguindo a crítica sobre a irrelevância de algumas pesquisas, os geógrafos precisam analisar não apenas os conteúdos, mas também a forma do seu trabalho.

Stoddart (1987:331) ironiza que “muitas vezes, eles [os geógrafos] tratam do ‘espaço’ em vez do lugar, da ‘ação humana’ em vez dos homens, de categorias abstratas e símbolos numéricos em vez de situações específicas que, muitas vezes, são a dura realidade”.

Desta forma, não surpreende que as pessoas não encontram uma utilidade na Geografia que não lhes conta nada sobre o mundo em que vivem, o que revigora ainda mais a ignorância pública sobre o mundo em que vivemos. A Geografia corre o risco de se degradar em uma filosofia do espaço: O geógrafo fica no nível de “filosofar” sobre a sua profissão, esquecendo-se do mundo real.

Santos (1990:113) observa que, “quando se está mais preocupado com a Geografia em si mesma como ciência formalizada e pouco ou nada com aquilo que é, na realidade, seu objeto de estudo, ou seja, o espaço, corre-se o grande risco de cair no erro ... de trabalhar mais ou menos exclusivamente com conceitos do que com coisas.”

Pergunta-se se é para definir a Geografia ou o espaço. Nada é mais grave do que “confundir ... a ciência ela mesma e o seu objetivo” (Santos, 1990:113).

O geógrafo fora da universidade

As melhores intenções para “corrigir” a imagem dos geógrafos não resultam em nada, se o geógrafo continua sendo considerado dispensável na ação pública. Muitas vezes, as pessoas responsáveis pelo planejamento parecem não estar conscientes da dimensão espacial dos seus problemas e políticas, isso também como resultado das experiências que os próprios planejadores tiveram com a disciplina de Geografia na escola.

Precisa-se encarar outro aspecto que dificulta a vida dos geógrafos. Além das dicotomias mencionadas acima, o geógrafo enfrenta o fosso entre a Geografia acadêmica e a Geografia na prática, o que mais uma vez mostra que a disciplina Geografia tem prioridade, e não o geógrafo, pois o geógrafo tem como obrigação mostrar a utilidade da disciplina.

Segundo Coppock (1974:3), o papel principal da Geografia tem sido o ensino e apenas em escala menor a pesquisa. Embora geógrafos tenham contribuído como consultores e profissionais para o planejamento local, regional ou federal, a sua contribuição era menor do que a de profissionais de outras disciplinas. Johnston (1986b:14) constata que a “profissão não é Geografia. Antes, Geografia é a disciplina praticada por alguém que, provavelmente, prefere declarar sua profissão como professor universitário ou algum termo similar”.

Hare (1974:25) pergunta se “geógrafos seriam consultores melhores, se eles conseguissem ser ouvidos?” De fato, poucos geógrafos atuam nas políticas públicas onde predominam os economistas, engenheiros e burocratas administradores.

Deve-se levar em conta o fato de que o planejamento está dirigido para o futuro, enquanto muitos geógrafos estão se preocupando com o passado ou o presente – que normalmente já tinha virado passado depois de analisado (Coppock, 1974:10). A Geografia não deve cometer o erro de se apresentar como ciência da “descrição da terra”, mas deve mostrar que é capaz de manejar a dinâmica e não a estática dos fenômenos no espaço.

O mesmo autor exige dos geógrafos mais interesse pelo planejamento e pela política e mais pesquisa nesta direção, estágios e entrosamento para mostrar que a abordagem geográfica é apropriada para a solução de problemas e o diálogo entre a profissão e aqueles que implementam a política oficial. Precisam-se mostrar as habilidades dos geógrafos, senão outras disciplinas vão preencher as lacunas. Geógrafos têm contribuído em muitas maneiras para a compreensão e, menos freqüente, para a solução de problemas.

O geógrafo e o seu mercado – rumo a uma Geografia regional aplicada?

Fora do ambiente acadêmico, a função do geógrafo não é muito conhecida. Stoddart (1987:331) compara a Geografia com uma língua que os geógrafos devem falar: A língua da Geografia é: local, distância, área e posição para mostrar as características particulares de um lugar ou a “distinção do lugar” (distinctiveness of place).

Neste pensamento, a Geografia volta cada vez mais à Geografia regional. “A tarefa é identificar problemas geográficos, assuntos sobre os homens e o meio ambiente em determinada região e não problemas de geomorfologia ou história ou economia ou sociologia” (Stoddart, 1987:331).

Mais uma vez deve-se salientar que a Geografia precisa usar conhecimentos e métodos para amenizar ou, talvez, resolver problemas geográficos.

Mesmo que o apelo para uma “Geografia unida” seja utópico demais, o retorno a uma Geografia regional pode melhorar a imagem e a credibilidade da Geografia na nossa sociedade. Em vez de uma Geografia da região, deve-se praticar uma Geografia na região, e essa deveria ser uma Geografia com compromisso – não apenas com os órgãos financiadores, mas também com a população; não de uma maneira acrítica, mas em pluralismo metódico.⁴ Segundo Strohmeier (1998:104), esse pluralismo dificulta a comparação de conclusões científicas, mas não deve ser visto como produto de um ecletismo metódico mal compreendido mas como reflexão de uma decisão política.

Por outro lado, os processos da globalização devem ser levados em consideração: em vez de um regionalismo provinciano nas pesquisas, é imprescindível reconhecer a interligação de todas as escalas entre a local e a global: nenhum lugar é uma ilha!

Universidade e política pública

Quanto à ligação da universidade à política pública, Hare (1974) mostra menos preocupação com a Geografia como disciplina do que com o desempenho individual dos geógrafos na área de planejamento. “Não quero ver o futuro principalmente influenciado por advogados, engenheiros e lobbyists de negócio” (Hare, 1974:28) O sucesso depende mais dos indivíduos do que da disciplina. Contudo, a política continua sendo feita pelos políticos ou pelos seus assessores e burocratas que continuam desconfiando dos conselhos de peritos.

Mas como deixar de lado o nosso “prejuízo acadêmico” (Hare, 1974:31) e escrever e falar sobre opções na política?

Primeiro, as universidades precisam dispor de uma estrutura adequada para essas parcerias. O contrato universidade - órgão público exige uma estrutura profissional que se

desvia um pouco da missão da universidade como instituição de ensino (Coppock, 1974). Portanto, a situação financeira de muitas instituições de ensino torna inevitável a arrecadação através de fontes alternativas. Sobretudo, essas pesquisas encomendadas podem garantir o entrosamento necessário no planejamento.

Mas uma pesquisa aplicada para o planejamento também pode ser um problema para a profissão do geógrafo por “distorcer a opinião acadêmica e prostituir a profissão” (Coppock, 1974:8).

Hare (1974:25) chega à conclusão de que disciplinas acadêmicas e política pública são domínios separados e distintos, alegando que a **Geografia como disciplina** é irrelevante para o planejamento na política.

Essa irrelevância tem estreita relação com os paradigmas vigentes como a quantificação ou o horizonte humanístico que, sem dúvida, produzem um embasamento teórico válido para a história da disciplina, mas, infelizmente, pouco eficiente para a solução de problemas no plano de ação, porque existem dificuldades em passar do domínio intelectual para o político. O planejamento prefere ações a curto prazo, com resultados visíveis, onde se prefere o concreto ao abstrato, o simples ao complexo e o imediato à “última glória”.

Conclusão

A “**crise atual**” na Geografia é mais resultado de problemas internos do que de forças externas. A Geografia não precisa de uma unidade de metodologia, mas tem que visar a uma unidade de propósito (Johnston, 1986a), mostrando mais coerência para fora. O papel da Geografia acadêmica deve servir para a transmissão de uma compreensão mais abrangente do nosso ambiente para a detecção e resolução de problemas.

Os geógrafos, sem dúvida, devem defender a sua profissão, mas antes do geógrafo existe a Geografia. A profissão de geógrafo não é como um vestido ou uma bandeira que se carrega, mas é, em primeiro plano, “praticar Geografia” e contribuir para a solução dos problemas que a humanidade enfrenta.

Para essas finalidades, os geógrafos precisam se preparar para defender sua profissão. Segundo Coppock (1974:14), “os geógrafos são bons para ver o que deve ser feito..., mas eles tendem a carecer de uma competência profissional para executar esse trabalho”. Powell (1970, apud Coppock, 1974) frisa que os geógrafos precisam desenvolver sua competência técnica se pretendem conseguir um papel na análise de problemas no mundo real. Precisa-se lembrar que não há limites de uma disciplina científica que sejam sacrossantos e que nenhum limite fica óbvio nos problemas que estão sendo iluminados.

Johnston (1986a:452) argumenta que “**se a Geografia acadêmica sobrevive ou não é irrelevante. Sempre haverá uma Geografia vernácula que será estudada e ensinada.**”

O mesmo autor frisa a necessidade de uma unidade na Geografia com base numa visão holística das ciências ambientais e humanas através da qual se podem compreender as interações das duas.

Brookfield (1973) vai mais longe e exige um trabalho dos geógrafos em escalas grandes e pequenas e constrói uma grande parte da nossa teoria a partir dessa base: “Como parte de uma tentativa multidisciplinar, precisamos estar cientes dos debates travados em torno de nós, porque temos muito para aprender deles” (Brookfield, 1973:16).

A Geografia não trata somente da descrição e da explicação do espaço, mas também das diferenças, interações e dinâmica do e no espaço. A representação de um fenômeno geográfico depende da escala (ou melhor, da dimensão da observação). Por isso, **escala e espaço** são as **três** palavras-chaves para o geógrafo: a primeira palavra “**escala**”, a segunda palavra a conjunção “**e**” e a terceira palavra: “**espaço**”. A ligação da escala com o espaço e vice-versa são de suma importância: Dependendo do ponto de vista (por exemplo global, estadual, local ou individual), obtém-se resultados diferentes sobre o mesmo tema. A “arte” da Geografia consiste em “relativizar” as informações nestes níveis diferentes, muitas vezes intercalados, permitindo um trabalho “multi-escalar”.

Em conclusão, precisamos de uma discussão mais ampla e sincera sobre a profissão

do geógrafo. Hartshorne (1978), nas palavras finais de sua obra quase lendário *Perspectives on the Nature of Geography* resume: "Não aprenderemos Geografia discutindo como se estuda Geografia. Mas para aprendermos uns com os outros temos de entender os termos de que nos utilizamos, e poderemos progredir da maneira mais rápida se lograrmos chegar a um consenso geral sobre o que desejamos aprender, isto é, sobre o âmbito e a função do nosso campo de estudos" (Hartshorne, 1978:193).

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Manoel Correia de. *Produção do Espaço Norte-Riograndense*. Natal: Ed. Universitária, 1981.
- ARANHA, Tereza. *A problemática da seca no Rio Grande do Norte. Relatório final*. Mossoró/RN, 1989.
- BROOKFIELD, H.C. *On one Geography and a Third World*. Trans. Inst. Br. Geogr. 58, 1-20, 1973.
- BRYANT, R. *Political Ecology. An emerging research agenda in Third-World Studies*. Political Geography 11(1), 12-36, 1992.
- BRYANT, R. *Political Ecology for Developing Countries?* Zeitschrift für Wirtschaftsgeographie 43(3/4), 148-157, 1999.
- CAPEL, Horacio. *The history of science and the history of the scientific disciplines. Goals and branching of a research program in the history of geography*. Geo-Crítica, N° 84, 12/1989 (URL: <http://www.ub.es/geocrit/geo84.htm>).
- COPPOCK, J.T. *Geography and public policy: challenges, opportunities and implications*. Trans. Inst. Br. Geogr. 63, 1-16, 1974.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1987.
- DEAR, M. *The postmodern challenge: reconstructing human geography*. Trans. Inst. Br. Geogr. N.S.13, 262-274, 1988.
- ELIOT HURST, M.E. *Geography has neither existence nor future*. In: JOHNSTON, R.J. (org.). *The future of geography*. Londres, 59-91, 1979.
- GOUDIE, A. *The integration of human and physical Geography*. Trans. Inst. Br. Geogr. N.S. 11: 454-458, 1986.
- HARD, G. *Die Disziplin der Weißwäscher. Über Genese und Funktionen des Opportunismus in der Geographie*. In: SEDLACEK, P. (org.). *Zur Situation der deutschen Geographie zehn Jahre nach Kiel*. Osnabrück., 11-44, 1979.
- HARE, F. Kenneth. *Geography and public policy: a Canadian View*. Trans. Inst. Br. Geogr. 63, 25-28, 1974.
- HARTSHORNE, Richard. *Propósitos e Natureza da Geografia*. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1978.
- JOHNSTON, R.J. *Four fixations and the quest for unity in geography*. Trans. Inst. Br. Geogr. N.S. 11: 449-453, 1986a.
- JOHNSTON, R.J. *Geografia e geógrafos. A Geografia Humana anglo-americana desde 1945*. São Paulo: DIFEL, 1986b.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos. Ensaio de Antropologia Simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- POWELL, A.G. *The geographer in regional planning*. In: OSBORNE, R.H., BARNES, F.A., DOORNKAMP, J.C. (org.) *Geographical essays in honour of K.C. Edwards*, Dept. of Geography, Univ. Nottingham, 1970.
- SANTOS, Milton. *Por uma Nova Geografia*. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- STODDART, D. R. *To claim the high ground: geography for the end of the century*. Trans Inst. Br Geogr. N.S. 12:327-336, 1987.
- STROHMEYER, U. *Methodisches Denken im Poststrukturalismus*. In: *Geographica Helvetica* 3, 103-106, 1998.

WERLEN, B. *Gibt es eine Geographie ohne Raum? Zum Verhältnis von traditioneller Geographie und zeitgenössischen Gesellschaften*. *Erdkunde* 47(4), 241-255, 1993.

² Até no Dicionário “Aurélio” pode ser encontrada uma definição na mesma linha de pensamento: “**Geografia** sf. Ciência que **descreve** a superfície da Terra e **estuda seus acidentes físicos**, climas, solos e vegetações, e as relações entre o **meio ambiente** e os grupos (sic!)” (grifo meu).

³ Veja Latour (2000) para a discussão sobre os “paradoxos” e a “Constituição” da Modernidade.e as conseqüências para as ciências.

⁴ Exemplos promissores são a “Geografia da Ação” (Werlen, 1993), que usa como conceito-chave da Geografia a ação humana e não o espaço, e a “Ecologia Política” (Bryant, 1992,1999), que analisa o “(meio) ambiente politizado” a partir dos atores humanos.